



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS – PORTUGUÊS**

PEDRO CAIO SOUSA ALMEIDA

**O SIGNIFICADO DA DISTOPIA EM *NÃO VERÁS PAÍS NENHUM*: UMA
REFLEXÃO SOBRE LITERATURA E POLÍTICA**

CAMPINA GRANDE, PB

2019

PEDRO CAIO SOUSA ALMEIDA

**O SIGNIFICADO DA DISTOPIA EM *NÃO VERÁS PAÍS NENHUM*: UMA
REFLEXÃO SOBRE LITERATURA E POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Letras Português da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Letras.

Área de concentração: Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva.

CAMPINA GRANDE, PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A447s Almeida, Pedro Caio Sousa.

O significado da distopia em *Não verás país nenhum* [manuscrito] : uma reflexão sobre literatura e política / Pedro Caio Sousa Almeida. - 2019.

24 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.

"Orientação : Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva, Coordenação do Curso de Letras Português - CEDUC."

1. Análise literária. 2. Distopia. 3. Recurso literário. 4. Política. 5. Totalitarismo. I. Título

21. ed. CDD 801.95

PEDRO CAIO SOUSA ALMEIDA

O SIGNIFICADO DA DISTOPIA EM *NÃO VERÁS PAÍS NENHUM*: UMA REFLEXÃO
SOBRE LITERATURA E POLÍTICA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Coordenação do Curso de
Graduação em Letras Português da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciado em Letras.

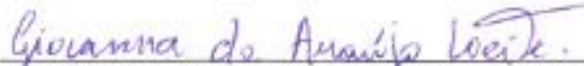
Área de concentração: Literatura.

Aprovado em: 10/06/2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Giovanna de Araújo Leite (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Kyssia Rafaela Almeida Pinto (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 UTOPIA E DISTOPIA: DUAS FACES DE UMA MESMA NARRATIVA.....	9
2.1 UTOPIA	9
2.2 DISTOPIA.....	12
3 POLÍTICA E DISTOPIA EM <i>NÃO VERÁS PAÍS NENHUM</i>.....	16
4 CONCLUSÃO	22
REFERÊNCIAS.....	23

O SIGNIFICADO DA DISTOPIA EM *NÃO VERÁS PAÍS NENHUM*: UMA REFLEXÃO SOBRE LITERATURA E POLÍTICA

THE MEANING OF DYSTOPIA IN *AND STILL EARTH*: A REFLECTION ON LITERATURE AND POLITICS

Pedro Caio Sousa Almeida¹

RESUMO

Este artigo analisou o universo distópico da obra *Não Verás País Nenhum*, de Ignácio de Loyola Brandão, publicado em 1981. A hipótese é a de que a distopia é usada como um recurso literário para tratar de problemas políticos e socioculturais agravados na realidade trazida pelo autor, pois defende-se a ideia de que a literatura pode ser potencialmente um dispositivo de denúncia social. Com base nessa suposição, escolheu-se discutir aspectos internos da narrativa com o propósito de identificar qual o significado da distopia, como o discurso das personagens, o ambiente e o contexto político da obra, a fim de propor reflexões acerca da insatisfação da realidade e do que se pode fazer para melhorá-la. Para a análise, o aporte teórico deu-se à luz de Souza (2016), Manguiera (2016), Hilário (2013), Suvin (2003), dentre outros elucidadores da questão sobre distopia.

Palavras-chave: Literatura; Contemporâneo; Política; Totalitarismo.

ABSTRACT

This article analyzes the dystopian universe of Ignácio de Loyola Brandão's work *And Still the Earth*, published in 1981. The hypothesis is that dystopia is used as a literary resource to deal with aggravated political and sociocultural problems in the reality brought by the author, as it is defended the idea that the literature can be, potentially, a device of social denunciation. Based on this assumption, it was chosen to discuss internal aspects of the narrative in order to identify the meaning of dystopia, such as the characters' speech, the environment and the political context of the work, in order to propose reflections on the dissatisfaction with reality and what can be done to improve it. For the analysis, the theoretical contribution was made in the light of Souza (2016), Manguiera (2016), Hilário (2013), Suvin (2003), among other elucidators of the question about dystopia.

Keywords: Literature; Contemporary; Politics; Totalitarianism.

¹ Aluno de Graduação do Curso de Letras – Língua Portuguesa da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I, sob orientação do professor Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva.
E-mail: pedroocaio@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As sociedades contemporâneas, como desde a Antiguidade, procuram formas satisfatórias para viver e muitas sonham com utopias, que são representações de cidades ou lugares ideais. Não diferenciando-se do restante da humanidade, os brasileiros almejam essas representações, mas a realidade parece fugir ao seu ideário utópico, devido os maus caminhos que o país tem percorrido em diversos setores da sociedade. Além disso, quando se vê uma sociedade em constante busca por uma utopia, principalmente de forma desordenada, acaba-se incidindo em um *loop*² traumatizante, pois as pessoas não sabem para onde seguir.

Os aprimoramentos da sociedade pelas transformações no campo político, econômico, artístico e científico, se deram em grande parte por meio da autonomia do pensamento e do uso da razão, introduzidos na cultura religiosa da Idade Média, pelos pensadores do Renascimento³. Joseph Hall, como diz Souza (2016), teve influências por essas transformações, e foi um dos que, de forma irônica, fez críticas à utopia da época. Para esses pensadores a utopia é irrealizável, por isso há uma mudança na forma de pensa-la com as críticas irônicas, que na representação de Hall mostra o lado radicalmente piorado das coisas, e posteriormente resulta no conceito da distopia. Tanto Figueiredo (2009), quanto Souza (2016) e Manguiera (2016) abordam a temática da utopia satírica a partir de análises de obras literárias com essa perspectiva irônica.

Desde a Antiguidade oriental, em aproximadamente 4000 a.C., os sumérios já tinham noções de civilização⁴, sendo uma das primeiras a se revelar no mundo. Essas noções manifestaram-se devido a urgência de um esquema organizacional,

² A palavra *loop* vem da língua inglesa, traduzido para o português como “laço”, “circuito” ou “sequência”. Dependendo do contexto em que é inserida, pode apresentar diferentes sentidos relacionados a uma repetição. Neste artigo, a palavra receberá o significado a partir de um sentido figurado, ou seja, a palavra *loop* diz respeito à condição de incompreensão sobre algo, devido ao fato de que a busca pela vida ideal, em grande parte, acaba em uma frustração, mas, devido a esperança otimista do brasileiro de que as coisas sempre podem dar certo, a “ilusão” retorna e o *loop* continua.

³ O Renascimento é um período da história europeia que retoma pautas utilizadas na Antiguidade greco-romana, como a “razão” e o “humanismo”, na qual artistas, escritores e pensadores expressavam nas suas obras os valores, ideais e nova visão do mundo pós crise medieval.

⁴ Segundo o dicionário Aulete, Civilização significa: Processo de aquisição de valores sociais, culturais, tecnológicos etc, que define o desenvolvimento de uma sociedade.

proveniente do surgimento da agricultura, visto que a formação de uma sociedade⁵ é uma das necessidades mais básicas para a vivência coletiva. Pensando na melhoria da sociedade, em *A Criação Literária*, Moisés (2006) fala sobre a recriação social através do uso pelo gênero narrativo romance: “Sua faculdade essencial consiste em recriar a realidade: não a fotografa, recompõe-na; não demonstra ou reduplica, reconstrói o fluxo da existência com meios próprios, de acordo com uma concepção peculiar, única, original” (p. 165). Por isso, a realidade se relaciona com a literatura, sendo representada de acordo com as concepções do autor sobre o mundo, abrindo um espaço de diálogo entre o escritor e a sociedade, que acontece por exposição de ideias, críticas e sugestões, tanto sobre o que já foi realizado, sobre o que acontece atualmente, quanto sobre como pode vir a acontecer em um dado tempo futuro.

Dentre as diversas veredas de análises disponíveis no campo literário, decidiu-se trilhar pela possibilidade da distopia, dada a importância e necessidade de refletir acerca da política e de suas problemáticas, como elemento fundamental para o entendimento do “corpus” de leitura, que traz em sua formação interna aspectos discursivos relacionados a questões sociais de várias ordens.

Neste artigo, analisa-se a obra de Ignácio de Loyola Brandão, *Não Verás País Nenhum*, publicada inicialmente em 1981⁶, o romance faz parte da literatura contemporânea pós-ditadura, por ter sido publicado já no fim do regime militar, período de censura à liberdade de expressão. Diante desse cenário, a obra funciona como uma continuação do que foi a ditadura, representando como estaria o Brasil no futuro piorado, que se configura como distópico. A partir dessa apresentação, a questão problema da pesquisa consiste em qual o significado da distopia no romance. Para respondê-la, levanta-se a hipótese de que ela é usada como um recurso literário crítico que possibilita uma visão do Brasil em um futuro diante do agravamento de problemas políticos e socioculturais.

Defende-se a ideia de que a literatura, através da distopia, pode ser potencialmente um dispositivo de denúncia social, haja vista que projeta no futuro, de modo piorado, os problemas do passado. Com isso, o objetivo é entender, através dos seus aspectos internos como o discurso das personagens, o ambiente e o contexto político, o significado da distopia como forma de crítica à realidade brasileira.

⁵ Segundo o dicionário Aulete, se define Sociedade como: conjunto de pessoas que desfrutam o mesmo território e a mesma história, com costumes e leis comuns.

⁶ A edição usada para a análise deste artigo é a de 2008, pela Global editora.

A partir disso, proporcionar reflexões sobre problemáticas que fazem parte do universo distópico da obra, como o cuidado com o meio ambiente, a noção da importância política, o estar atento à manipulação midiática, e outros.

Teóricos como Suvin (2003), Figueiredo (2009), Hilário (2013), e outros, foram importantes para fundamentar tanto a leitura da utopia quanto da distopia, uma vez que contextualizam ideias analisadas em obras literárias do gênero. Para cimentar aspectos da literatura contemporânea, Resende (2008) e Baudrillard (1981) se revelam indispensáveis, pois embasam ideias e pensamentos da literatura contemporânea que incidem no universo distópico.

A organização deste artigo inicialmente propõe uma leitura da distopia e de seus conceitos, passando antes pela utopia. Em seguida, no desenvolvimento, exploram-se situações distópicas presentes na obra, na qual o narrador-personagem está imerso em graves problemas de ordem ambiental, social, política e econômica, lançando a ideia de uma narrativa em que os leitores possam discutir a realidade empírica a partir da realidade ficcional. Por fim, a conclusão, que enlaça as principais ideias sobre a distopia, a ficção e a realidade experimental do autor, momento em que se confirma a hipótese inicialmente levantada.

2 UTOPIA E DISTOPIA: DUAS FACES DE UMA MESMA NARRATIVA

Neste tópico, serão contemplados os estudos voltados para o aprofundamento do objeto de análise, a distopia, atentando para a importância de falar sobre a utopia, uma vez que esta é o esteio para o surgimento daquela. Ao longo do tópico, será demonstrado de forma gradativa o tangenciamento semântico de um e outro conceito, caminhando por determinados contextos que se mostram essenciais para um entendimento adequado da proposta.

2.1 UTOPIA

O início de estudos voltados à utopia data de milênios, especificamente do século IV a.C, com *A República*, de Platão, sendo um dos primeiros escritores a manifestar ideias relacionados ao conceito, mesmo que à época esse termo não fosse de uso corrente.

Segundo Hilário (2013), a criação e o uso do termo só aparecem com Thomas More, no ano de 1516, quando nomeia seu livro de *A utopia*, que foi influenciada diretamente pelas ideias expostas por Platão, e a torna uma das principais fontes de disseminação das ideias utópicas. Suvin (2003), em “Um breve tratado sobre a distopia 2001”, confere uma definição para a utopia, baseada especialmente na obra de More:

A UTOPIA será definida como: a construção de uma comunidade singular onde instituições sociopolíticas, normas e relações entre as pessoas estão organizadas de acordo com um princípio radicalmente diferente que o da comunidade do autor; essa construção é baseada no estranhamento [estrangement] resultante de uma hipótese histórica alternativa; é criada por classes sociais interessadas em alteridade e mudança (p. 468).

Na busca de entender essa definição para além da estrutura, que fala da “comunidade singular” e o “princípio radicalmente diferente”, compreende-se qual o significado que a palavra utopia carrega. Segundo Chauí (2012, p. 361), *u-topos* etimologicamente significa “lugar nenhum”, e esse termo na obra de More condiz com a capital da Ilha de Utopia, Amaurote, a não-visível, que fica às margens do rio Anhydria, sem água, e por consequência os habitantes que lá vivem são os Alaopolitas, sem cidade, e assim por diante. Destaca-se a origem da palavra que, por si só já denuncia a impossibilidade desse lugar existir, como visto anteriormente, por uma estrutura que é “singular” e “radicalmente diferente”.

Mesmo que se considere a inviabilidade da existência desse lugar, a obra de More foi revolucionária nesse sentido, visto que ele constrói uma estrutura sociopolítica que é autossuficiente, e sem desprezar a possibilidade de falha, por depender de humanos. Mesmo assim, essa dependência seria suprida por um sistema de monitoramento, que pune e consequentemente condiciona o controle e a igualdade entre sujeitos. Desde Platão, até a Bíblia Sagrada, a ideia de êxito para o estabelecimento da utopia parte inevitavelmente de um princípio divino, ou seja, os preceitos de “comunidade singular” e “radicalmente diferente” apenas poderiam ser dados com a incidência de natureza milagrosa, alcançando assim a “perfeição” proposta pela ideia. Figueiredo (2009) fala sobre essa ideia:

A viabilidade das utopias milenaristas dependia assim, necessariamente, do arbítrio divino, podendo o homem muito pouco fazer para criar este reino, a não ser manter-se ímpio [...] Apenas na virada para o século XVI, as utopias começam de fato a se preocupar com a Cidade dos Homens como um fim

em si e para si. Com a descoberta de novos territórios, avanços científicos e políticos o homem volta a ser a “medida de todas as coisas” conforme preconizado pelo Grego Protágoras. Diante das mudanças que o mundo renascentista apresenta e da retomada dos ideais greco-romanos adota-se novamente o projeto platônico da construção terrena de uma cidade ideal. Se a medida de todas as coisas volta a ser o homem, a utopia passa a ser também medida e fundamentada pelo homem (p. 326).

As utopias milenaristas estão relacionadas às “terras prometidas”, arregimentadas por um messias, nas quais o homem não possui participação em sua construção, e a única maneira de alcançá-la é seguindo os preceitos religiosos com a esperança da aprovação divina. Mesmo com todo o avanço do pensamento laico, racional e científico, propiciado pela centralização política, a Reforma Protestante e o Renascimento, há uma dependência do arbítrio divino que transcende a capacidade do humano, até mesmo na época em que essa ideia circulava.

A popularização da utopia na idade moderna, como um lugar ou estado ideal, de completa felicidade e harmonia entre os indivíduos, condicionou o surgimento de movimentos em torno desse conceito, como a utopia satírica, fundada e orientada por críticas voltadas ao pensamento distópico. Ambos os conceitos possuem os mesmos princípios fundamentais, que também valem para o uso de termos como utopia negativa ou sátira utópica. Souza (2016) diz que o termo foi usado a primeira vez pelo bispo inglês Joseph Hall (1574-1656) na obra *Mundus Alter et Idem* (1600). Pasold (1999) cita a fala de Kerman sobre a “ridicularização” como objetivo do “satirista”:

[...] segundo Kerman (*op. cit.* p. 170, *apud* PASOLD, 1999, p. 49), é o objetivo daquele que satiriza, uma vez que seu propósito não é apresentar nenhuma solução, mas mudar o ponto de vista dos leitores. Isso faz do “satirista” um conservador, pois ele opera tanto dentro de uma estrutura estabelecida pela sociedade e considerada por essa como racional, como também pode ir contra o padrão colocando em julgamento a sua própria loucura, ou o que ele vê como insano.

A ideia apresentada por Kerman mostra que o “satirista” não busca dar soluções para as situações distópicas, mas propõe mudanças no “ponto de vista”, ou seja, incrementa novas ideias a partir de outras percepções como, por exemplo, as mudanças que pioraram o Brasil presentes na narrativa de Brandão. O fato do satirista propor ideias a partir de outras percepções vem ao encontro do objetivo distópico, pois promove um entendimento sobre a finalidade da construção interna da obra, a ridicularização, não apenas para chamar a atenção do leitor, mas para propor também um outro ponto de vista, que surge do próprio autor.

2.2 DISTOPIA

Registra-se que o termo “distopia” foi utilizado pela primeira vez em 1868 por Greg Webber e o filósofo John Stuart Mill em um discurso no Parlamento Britânico⁷. Quando se pensa em distopia, em seu sentido etimológico, dois morfemas são apresentados, primeiro o prefixo *dis*, provindo do grego *dýs*, que significa mal, dificuldade, mau estado; segundo, por *topos*, também proveniente do grego, que significa lugar. Segundo Hilário (2013), o sentido literal dessa palavra significa “forma distorcida de um lugar”, que se refere a um curso “anormal” e “inesperado” de ocorrências que compõem determinada forma social, acrescentando ainda que “a distopia não é o contrário da utopia, não se configurando enquanto antiutopia” (p. 206).

A utopia enquanto lugar perfeito precisa garantir a harmonia e igualdade absoluta. Para isso, exige uma diferente estruturação da sociedade, visto que precisa conciliar a vida em coletividade por meio da intervenção do Estado. Figueiredo (2009) aponta que “O controle nas utopias não é visto como algo opressivo, totalitário, mas como uma segunda natureza, visto que o controle é absolutamente internalizado” (p. 355). Uma das maiores problemáticas, neste sentido, é a supressão da liberdade, dado que “Quanto maior a igualdade, menor a liberdade individual, ou, pelo menos, menor o número de decisões que o indivíduo deve tomar sozinho, ou o número de opções disponíveis” (FIGUEIREDO, 2009, p. 355).

O motivo para que a utopia e a distopia sejam “faces de uma mesma moeda”, se deve ao estabelecimento de uma mesma estrutura de poder, controlada pelo Estado. A diferença para a distopia consiste no fato de que o controle absoluto não aparece de modo internalizado, pois existe algo ou alguém que contesta a forma de controle autoritário, ameaçando a estrutura. O que rege a forma distópica se volta para o desequilíbrio social, como Hilário (2013) explicita, recorrendo à fala de Fromm (2009) para elucidar essa expressão:

O objetivo das distopias é analisar as sombras produzidas pelas luzes utópicas, as quais iluminam completamente o presente na mesma medida em que ofuscam o futuro. Elas não possuem um fundamento normativo, mas detêm um horizonte ético-político que lhes permite produzir efeitos de análise sobre a sociedade. As distopias ou as utopias negativas ‘expressam o

⁷ "It is, perhaps, too complimentary to call them Utopians, they ought rather to be called dys-topians, or caco-topians. What is commonly called Utopian is something too good to be practicable; but what they appear to favour is too bad to be practicable." (Oxford English Dictionary. Disponível em: <http://www.oed.com/>)

sentimento de impotência e desesperança do homem moderno assim como as utopias antigas expressavam o sentimento de autoconfiança e esperança do homem pósmedieval' (p. 205).

Assim, a distopia possui um sentimento de impotência e desesperança do homem, enquanto a utopia exibe um sentimento de autoconfiança e esperança. Nesse sentido, parecem opostas, mas não quando conceituadas em sua amplitude semântica, pois apresentam uma estruturação ético-política similar, proveniente dos sistemas de controle. É dito na citação que o “objetivo das distopias é analisar as sombras produzidas pelas luzes utópicas”, ou seja, a distopia ressalta os rastros obscuros que as utopias deixam, como por exemplo a extinção das liberdades individuais, que são essenciais para o homem.

O cruzamento de ideias em comum serve para o entendimento das proposições, mas, afinal, de que maneira a distopia pode ser estruturalmente definida? De acordo com Souza e Manguiera (2016):

O mundo distópico é desequilibrado, uma vez que, por exemplo, organiza sua sociedade em grupos com características comuns; muda constantemente, pois está sempre “eliminando” aquilo que impede o controle absoluto; é composto por elementos desproporcionais, sejam eles sociais, econômicos e/ou culturais; e, definitivamente, evolui à medida que o tempo passa, quer dizer, o jogo de poder/controla aumenta (p. 19).

O modo “desequilibrado” pelo qual o mundo distópico é caracterizado apresenta traços de uma sociedade com algumas particularidades, como o pequeno grupo de pessoas que tem o controle total sobre os demais, tornando a vivência “desproporcional”, visto que a população não tem participação política. Esse “desequilíbrio” distópico provém do uso de poder do restrito grupo de anônimos que, no caso do romance em estudo, são conhecidos por fazerem parte do “Esquema”.

O “Esquema”, em *Não Verás País Nenhum*, aparece como um grupo de “representantes” anônimos do país que institui o governo totalitário; possui caráter evidentemente criminoso e tem o apoio das massas, alienadas pelo próprio governo, a partir da “força da máquina de propaganda e da lavagem cerebral” (p. 339), e baseado no fascínio como fenômeno social, o qual “a sociedade tende a aceitar uma pessoa pelo que ela pretende ser” (p. 355), ou seja, a partir de propostas milagrosas que deslumbram os menos pensantes, como diz Arendt (1989) em *Origens do Totalitarismo*.

No que diz respeito a propostas oriundas de estudos sobre a distopia, existem momentos de entrecruzamento entre narrativas apocalíptica e pós-apocalíptica com as narrativas distópicas. Algumas pequenas semelhanças podem ser percebidas, como o descuido do ambiente e o perigo da vivência na sociedade, sendo que a distopia possui uma série a mais de elementos, como a instauração do regime e controle. Além disso, Fortunato (2015) diz que “Uma distopia descreve uma sociedade pior, mas nem sempre a causa dessa formação social piorada se deu por um evento catastrófico que possa ser chamado de apocalíptico” (p. 7), ou seja, a narrativa apocalíptica poder estar presente em uma narrativa distópica, ou vice-versa, mas não são a mesma coisa.

A obra de Ignácio de Loyola Brandão, *Não Verás País Nenhum*, possui diversos elementos que a estruturam sob o universo distópico, como por exemplo a divulgação de notícias falsas, a supressão de ameaças ao governo e a inversão de valores, por isso tem relevância para o estudo da distopia. Brandão é um escritor brasileiro que apresenta um mundo exíguo, sem perspectiva de futuro, na qual a sátira se expande do início ao fim do romance, como uma crítica voltada ao Esquema, que representa um governo totalitário com intuito de controlar o povo e os recursos a seu favor.

Ao observar a nível estrutural, percebe-se que a construção da São Paulo, cidade onde é ambientada a narrativa, se subdivide em áreas chamadas de bairros, que são totalmente controladas por meio de fichas às quais apenas certas pessoas têm acesso. A figura de poder é representada pelo “Esquema”, e os meios de controle são efetuados pelos “Civiltares”, “Militecnos” e o “Novo Exército”⁸.

No Brasil, o gênero distopia surge tardiamente, entre as décadas de 70 e 80, mesmo período histórico em que a literatura contemporânea começa a aparecer, como se vê, ao fim de um regime ditatorial. Neste sentido, as influências convergem integralmente para o estopim da distopia, que nessas circunstâncias parecem não ser produzido apenas como forma de sátira à utopia.

Bonnici (2008), ao citar Braudillard (1981), afirma que o pós-modernismo:

[...] não é apenas a cultura do sinal, mas a cultura do simulacro [...] o simulacro é a produção, através de modelos, do real sem a realidade, chamado de hiper-real. No hiper-realismo, a realidade e a simulação não são

⁸ Os três grupos são subordinados ao governo totalitário, no qual os Civiltares funcionam para manter a segurança pública, prevenindo e investigando crimes; os Militecnos são responsáveis pelo controle de instituições públicas como os Bancos, Ministérios, empresas Multinacionais; e o Novo Exército tem a função da força armada nacional, responsável pela defesa do país em caso de conflito ou guerra.

apenas experimentados sem distinção; muitas vezes, a simulação torna-se mais real do que a própria realidade (p. 259).

No âmbito literário, tem-se essa afirmação análoga à obra *Não Verás País Nenhum*, pois a narrativa configura uma hiper-realidade, uma simulação. Segundo Resende (2008), como a multiplicidade é característica dessa época, surgem diversos pontos predominantes e de preocupações em comum:

A primeira questão dominante que quero apontar é a presentificação, a manifestação explícita, sob formas diversas de um presente dominante no momento de descrença nas utopias que remetiam ao futuro, e de certo sentido intangível de distância em relação ao passado (p. 27).

Como é explanado pela crítica, a “manifestação explícita” aparece sob formas diversas de um presente, e dessa forma pode-se considerar que *Não Verás País Nenhum*, apesar de representar um tempo futuro, foi escrito em um dado presente, um momento de descrença, fato que abre possibilidades para, na ausência de utopia, acirrar a visão distópica do país. O contexto político-social que se passava na época de ditadura, manifesta explicitamente a visão de como as coisas poderiam andar rente ao futuro no mundo representado. Hilário (2013) fala sobre esse olhar, pela narrativa distópica:

A narrativa distópica não se configura, deste modo, apenas como visão futurista ou ficção, mas também como uma previsão a qual é preciso combater no presente. Ela busca fazer soar o alarme que consiste em avisar que se as forças opressoras que compõem o presente continuarem vencendo, nosso futuro se direcionará à catástrofe e barbárie (p. 206-207).

A narrativa também configura uma espécie de “previsão”, que serve de combate ao presente, atentando às forças opressoras que podem estar atuando hoje, mesmo que minimamente, pois podem ganhar força e vir a se desenvolver no futuro. Hilário (2013) cita Cândido (2000, p. 5), parafraseando-o: “nada mais eficaz para chamar a atenção sobre uma verdade do que exagerá-la”, e a narrativa distópica procura potencializar, num futuro próximo, as forças do presente que estão vencendo (p. 207). Nesse sentido, a manifestação e a divulgação nesse período de ditadura remete a uma exclamação da liberdade, buscando a atenção necessária e atenuando o sentido de urgência por uma denúncia, e também por um movimento de resistência aos sistemas opressivos.

3 POLÍTICA E DISTOPIA EM *NÃO VERÁS PAÍS NENHUM*

Com o cerne do artigo voltado para a distopia, busca-se rastrear seu significado literário na obra em questão, mas para isso, a análise se iniciará atentando para a ambientação na qual a cidade São Paulo está inserida e, com isso, verificar a distopia a partir do teatro político, encenado pelo regime totalitário e como Souza, personagem principal, percorre esse processo, dando ênfase às consequências desta política no país.

A narrativa acontece por meio de falas e pensamentos do personagem-narrador Souza. Suas ideias podem ser influenciadas por conversas e ideias de outras personagens, que o levam a uma determinada conclusão. Toda política totalitária, como diz Arendt (1989), “usa e abusa de seus próprios elementos ideológicos, até que se dilua quase que completamente com a sua base, inicialmente elaborada partindo da realidade e dos fatos” (p. 21), ou seja, qualquer discurso que ouse comprometer sua base estrutural, está primeiramente indo contra os elementos ideológicos que a sustentam, devendo ser imediatamente eliminado.

Souza é um professor de história que trabalha com o passado histórico, dando aulas para centenas de alunos. Estranhamente foi aposentado compulsoriamente por uma “lei de segurança”, como alguém que pode comprometer a estrutura ideológica. Vê-se que:

Tudo começou quando um ministro processou o jornal que o acusara de corrupto. O jornal comprovou, o Esquema cedeu, o ministro caiu. Então os outros sentiram a ameaça, se uniram e iniciaram uma campanha cívica: “De que servem fatos como este para o país?” (BRANDÃO, 2008, p. 63-64).

Nesse trecho, lê-se que o jornal comprovou que o ministro processado foi corrupto, e os outros ministros se reuniram para mascarar os “fatos” do país, se utilizando de um questionamento retórico. A partir da ameaça à estrutura governamental, percebe-se imediatamente o começo das articulações para a manipulação do povo pela mídia, com intuito de manter a “integridade” do Esquema.

São Paulo é a cidade em que acontece a maioria das ações da obra, representada em um cenário torpe. A cidade sobrevive em meio a condições degradantes com lixo por toda parte, empestada de ratos, a água que se bebe é a

urina reciclável, a comida é factícia, e um fedor com “cheiro de morte”. Esses são alguns dos elementos que constituem o universo da obra.

Mefítico. O fedor vem dos cadáveres, do lixo e dos excrementos que se amontoam além dos Círculos Oficiais Permitidos [...] Os esgotos se abrem ao ar livre, descarregam, em vagonetes, na vala seca do rio. [...] O cheiro inferto dos mortos se mistura ao dos inseticidas impotentes e aos formóis. Acre, faz o nariz sangrar em tardes de inversão atmosférica. Atravessa as máscaras obrigatórias, resseca a boca, os olhos lacrimejam, racha a pele. Ao nível do chão, os animais morrem (BRANDÃO, 2008, p. 13-14).

A descrição da cidade propõe um clima deveras sufocante, através da descrição traz à tona a realidade deteriorada, com um abundante número de cadáveres descartados à céu aberto. O sol chega a ser tão violento que corrói e apodrece a carne das pessoas em poucas horas e, para sair à rua, é necessário o uso de máscaras. A representação da cidade piorada, com o passar do tempo ainda se apresenta cada vez pior, reiterando a tese da distopia, uma cidade que se esgota pela “corrosão” do sol, pela degradação e por uma ideologia totalitarista.

O conhecimento e a revolta do narrador Souza, em suas reflexões e falas, suportam um fio de esperança pela atenuação dos acontecimentos do país, mas vê-se o rompimento dele, que não passa de um otimismo exarcebado.

Encontrar uma saída. Se as pessoas quisessem, haveria possibilidades. Não há querer, ninguém vê nada. Todos tranquilos, aceitam o inevitável. Os jornais não dizem palavra. Calaram-se aos poucos. Mesmo que falassem, não têm força nenhuma. A televisão está vigiada (BRANDÃO, 2008, p. 24).

A alienação é uma das grandes problemáticas da distopia, pois consiste em diminuir a capacidade dos indivíduos de pensar e de agir. Percebe-se na citação essa problemática quando o narrador diz “Não há querer, ninguém vê nada. Todos tranquilos, aceitam o inevitável”. Essa colocação supõe a dimensão da dificuldade em se “combater” algo que prejudica a vivência em sociedade, além disso, a mentalidade coletiva é conduzida a não querer ver nada além do inevitável.

O desinteresse pela política (proveniente da alienação) é marcante na obra de Brandão (2008), também por uma fuga da dificuldade referentes a questões de escala maior, por apenas os estudiosos possuírem a sabedoria e conhecimento para decidir as melhores escolhas ao rumo da nação. Com o contexto de superioridade, o Esquema desenvolve modos de controle dos meios midiáticos de comunicação (para a manipulação de informações), apresentados por “noticiários inócuos”, além da

manipulação de livros, que omitem falsas ideias sobre a realidade, ou seja, a proposta é de um estímulo à bestialidade: como parte da população tem longos dias de trabalho, a única “fuga” do cansaço é a televisão, na qual se encontra “entretenimento”. A fala do Souza, marcada por revolta, expõe a imoralidade dos que governam o país, quando diz: “Se existe alguma coisa neste país na qual ninguém ponha fé, algo que não vale absolutamente nada, trata-se da palavra do Esquema” (BRANDÃO, 2008, p. 33).

Uma das maneiras de conquistar o povo se dá por meio do controle da mídia, visto a grande influência sobre os telespectadores. No momento em que os membros do Esquema percebem um movimento contrário ao governo, encontram o melhor momento para agir e manipulá-los. Para tanto, o domínio da imprensa se mostra indispensável, originando assim a IPO (Intensa Propaganda Oficial), que exerce o controle dos meios. Vê-se um dos anúncios⁹ divulgado pelo Esquema:

TEMOS TUDO PARA SER A NAÇÃO LÍDER. NOSSO PODERIO ECONÔMICO E MILITAR COMPROVA. [...] O esquema deve governar tranquilo. NOSSAS DEFESAS SÃO INVULNERÁVEIS. O ESQUEMA DESENVOLVEU OBRAS ESTRATÉGICAS NOTÁVEIS. OS OUTROS PAÍSES NOS TEMEM. Era esse o tom. Um governo constantemente atacado tem de passar o tempo respondendo a acusações. E não pode governar tranquilo. O povo devia escolher. Se as más notícias continuassem, o Esquema não teria condições de administrar. Portanto não seria culpado se o país estacionasse, até regredisse (BRANDÃO, 2008, p. 63-64).

De acordo com o anúncio, o poderio econômico e militar é satisfatório a partir de um plano negativo, para o uso da manipulação com intuito de enaltecer postos que não são os melhores para uma liderança a nível global. Os fatos referentes às “defesas invulneráveis” e a “obras estratégicas notáveis”, não condizem com a realidade exposta, como exemplo, as defesas dos Acampamentos Paupérrimos¹⁰, “Os Civiltares fizeram o que puderam, até instalaram as barreiras eletrônicas que nos separam hoje dos Acampamentos Paupérrimos” (BRANDÃO, 2008, p. 182), ou seja, o uso das obras estratégicas são para proteção de um ambiente apocalíptico composto por pilhas de defuntos e alguns sobreviventes que buscam ultrapassar as barreiras, o que confirma a miséria do país e a manipulação da notícia. Vê-se outro:

⁹ As letras em maiúsculo da citação estão fiéis ao do livro em análise, servindo para representar o modo “real” de como os anúncios estão escritos.

¹⁰ Os “Acampamentos Paupérrimos”, como o próprio nome diz, são os acampamentos dos pobres, que ficam nas margens da cidade de São Paulo, isolados por muros eletrônicos, onde muitos morrem de fome, restando alguns sobreviventes que agem como se fossem zumbis.

REGOZIJEM COM O OURO DE NOSSOS GARIMPOS, COM A MADEIRA QUE PODEMOS EXPORTAR, DAS TERRAS FÉRTEIS, EM QUE, PLANTANDO, TUDO COLHEREMOS. CULTIVEMOS O OTIMISMO, A CONFIANÇA, ABAIXO OS NEGATIVISTAS (BRANDÃO, 2008, p. 64).

Os anúncios se repetem, como imposição de uma ideia e não eram contraditadas por meio de outros argumentos. Por exemplo, a ideia de exportar madeira sem receio, pois novas árvores seriam plantadas novamente, apresenta um argumento incoerente, haja vista que o país não possui árvores além das que estão na exposição do museu, como Souza se refere à árvore como coisa de museu, por não ver mais no dia a dia: “Coisa de museu [...] Raspei mais, queria ver a cor do tronco. Que árvore seria?” (BRANDÃO, 2008, p. 138). Como bem pode-se lembrar, “a sociedade tende a aceitar uma pessoa pelo que ela pretende ser” (p. 355), como diz Arendt (1989), nesse sentido, o Esquema apresenta ideias do governo que, mesmo incoerentes, fazem sentido aos que veem os anúncios.

Os espaços de locomoção são controlados por áreas bem delimitadas, que precisam de fichas para o acesso a elas. Os espaços públicos são controlados pelos Civiltares, guardas disfarçados que, possuem algum tipo de dispositivo que os fazem se assemelhar a robôs quando estão em ação. Eles andam em meio às pessoas circundantes, com a função de manter a ordem e o controle. Possuem uma percepção sensível que identificam, à distância, movimentos estranhos, e nunca falham, reforçando a ideia de serem guardas “modificados”.

Para cada homem em circulação, existe praticamente um Civiltar ao seu lado. Eles andam girando a cabeça para todos os lados e se assemelham a robôs. O treinamento intensivo desperta neles, compulsivo, o faro, o instinto. Não sei como, enxergam tudo (BRANDÃO, 2008, p. 22).

Apesar do controle, a existência dos Civiltares aparenta oferecer segurança, como afirma Souza, “Por menos que se goste deles, é preciso reconhecer: evitam catástrofes nesta cidade. Pior sem eles” (p. 22). Por essa ótica, a afirmação tem sentido, pois evitam “catástrofes”. Mas, diante do que se viu sobre o Esquema, pelo controle e manipulação do povo, abrem-se brechas para desconfianças. Assim, identifica-se a ação ilusória dos Civiltares, pois apenas contribuem para regulação do controle, proporcionada por uma falsa liberdade:

Estudando as cidades mais antigas, os esquemas governantes descobriram que o homem circulava sempre dentro de certos limites. Raramente ultrapassava um número estabelecido de ruas e locais. “Portanto a proibição não vai afetar o sentido de liberdade que o homem goza”, concluíram (BRANDÃO, 2008, p.42).

Deste modo, o Esquema dá uma falsa liberdade ao povo, por meio de espaços limitados, com intuito de iludir e facilitar a manipulação dos recursos públicos. Além do controle e da censura, vistos anteriormente, busca-se agora atentar para um olhar mais interno dessa estrutura totalitária, observando a incoerência quanto ao controle de recursos econômicos e da omissão dos investimentos. O Esquema:

declarou tranquilamente o Estado de Calamidade Pública, não quer mais assumir responsabilidades [...] Parece que não há nada a fazer, o dinheiro acabou, os cofres estão raspados, o que entra está comprometido. E desvaloriza a olhos vistos. Foi o legado deixado pelo SOI número 1 e SOI número 2. O primeiro era o sistema Organizado de Incompetência e o segundo, o Serviço Organizado de Ineficiência. As obras e os planejamentos eram realizados pelos SOIs (BRANDÃO, 2008, p. 61).

A declaração do Estado de Calamidade Público¹¹, por não querer “assumir responsabilidades”, mostra o desinteresse do governo pelo país. A declaração pronunciada pelo próprio Esquema evidencia a quebra da ligação entre povo e estado, o que suprime a opinião pública e estilhaça a democracia. Um dos motivos para isso, foram os SOIs, sistemas organizados que tratavam de obras e planejamentos. Como se vê:

Para atingir o SOI 1, era necessário passar por diversos estágios dentro do SOI 2. Mostrando ineficiência máxima em realização, o sujeito era apontado à carreira. Devia apenas complementar com uma espécie de pós-graduação, quando mostrava habilidade e agilidade na manipulação da corrupção [...] molhar a mão, receber subornos sem deixar rastros eram as situações mais importantes. A astúcia, a capacidade, os truques, as armadilhas eram ferozes, e o candidato passava por maus momentos até conseguir provar que era digno, merecia a distinção, o SOI 1 (BRANDÃO, 2008, p. 61-62).

Os sistemas organizados do Esquema, o “SOI 1” e o “SOI 2”, priorizam a “ineficiência” e “incompetência”. O foco desse sistema volta-se para o acúmulo de bens econômicos, por meio da corrupção, o que confirma sua farsa. O critério de aprovação para entrar ao sistema ligado com o Esquema é o da “ineficiência máxima”,

¹¹ É o grau mais grave de algo a nível político. Tem uso quando há um grande desastre para que o município ou o estado resolvam, necessitando de ajuda como a cooperação de regiões vizinhas, por exemplo.

demonstrando “habilidade e agilidade na manipulação da corrupção”, “receber suborno”. O sentido da palavra incompetência empregada aqui diz respeito à pessoa desprovida da idoneidade. No romance, quem se interessar pelo “trabalho” e não tiver as qualidades propostas como requisito às necessidades do Esquema, não conseguirá ingressar no sistema do governo.

Para esse sistema totalitário, o desvirtuamento é uma qualidade necessária e, nesse sentido, percebe-se uma inversão de valores, ponto característico que os regimes totalitários possuem. Pensando a “virtude” para além do contexto moral, como comenta Zingano (2009), a palavra refere-se também “ao fazer bem as funções” (p. 78). Assim, a competência ou habilidade para manipular a corrupção é elevada a algo digno.

A partir de um diálogo entre Souza e Tadeu, seu antigo amigo, sobre projetos secretos do Esquema, Souza, que havia trabalhado como lenhador na sua juventude, fala:

O Esquema decidia a portas fechadas. De repente, vinha uma campanha de preparação. Algumas semanas de amortecimento e ficávamos anestesiados. Por oito anos abastecemos o mundo de madeira. Convencidos de que não havia problemas, aceitamos que vendessem pedaços da Amazônia. Pequenos trechos, diziam. Áreas escolhidas por cientistas, para que não se alterassem os ecossistemas. Até que, um dia, as fotos tiradas pelos satélites revelaram a devastação. Todo o miolo da floresta dizimado, irremediavelmente. O resto durou pouco, em alguns anos o deserto tomou conta (BRANDÃO, 2008, p. 107).

A região da Amazônia, que é constituída de uma enorme quantidade de árvores, foi devastada. A manipulação que o Esquema orchestra, emergente de projetos secretos, totaliza milhões de hectares de floresta derrubada, comprometendo assim o sistema ambiental. A destruição da biodiversidade, erosão e empobrecimento dos solos, elevação da temperatura e desertificação, são apenas algumas das consequências que o desmatamento pode causar, expondo as péssimas decisões e a má administração do Esquema:

As secas definitivas vieram logo após o grande deserto amazônico. Um ano sem gota de água e as represas de São Paulo se esgotaram. [...] Por muito tempo, a secretaria de obras trabalhou em poços. Todas as verbas foram desviadas para os programas de água. [...] As chuvas não vieram (BRANDÃO, 2008, p. 116-117).

O surgimento intenso da seca, devido a grande devastação da Amazônia e dos acidentes com usinas nucleares, gera consequências problemáticas para a sobrevivência do povo, pois surgem também os bolsões de calor:

As regiões de quentura. Verdadeiros bolsões em que era impossível ficar, passar, atravessar. Você ia andando, mergulhava naquele calor insuportável. [...] Eram imensos em certas regiões, estendiam-se por quilômetros. Até que chegou o Tempo Intolerável. Não dava mais para se expor ao sol. Você saía à rua, em alguns segundos tinha o rosto depilado, a pele descascava, a queimadura retorcia. A luz lambia como raio laser. Com o tempo, o perigo nos bolsões de soalheira, como o povo chamava, aumentou terrivelmente. Quem caía dentro não se salvava. O sol atravessava como verruma, matava. (BRANDÃO, 2008, p. 204-205)

Pela decisão do Esquema todo um ciclo natural é comprometido, reduzindo as possibilidades de vivência no ambiente afetado. Os bolsões de calor são ocasionados pela união da luz solar com o calor extremo que a cidade gerava, descuidada pelo Esquema. Eram pequenos e fracos, mas devido ao aumento das devastações nas florestas, além dos acidentes nas usinas, houve uma potencialização no calor, aumentando o tamanho dos bolsões, “se estendendo por quilômetros”, além de ficaram fortes a ponto de matar qualquer um que nele entrasse. Nesse sentido, a probabilidade de sobrevivência é reduzida e pode conduzir a extinção da sociedade.

4 CONCLUSÃO

No decorrer deste artigo, analisou-se a relação de proximidade entre a literatura, a distopia e a política. A partir disso, foi possível verificar como a literatura, por meio da distopia, pode potencializar e denunciar aspectos da realidade. O contexto não pode ser desconsiderado da obra, pois é fundamental para construção de sentido, valorizando a criação literária. Nesse sentido, a análise da distopia priorizou o contexto político.

O romance analisado representa uma sociedade distópica, desequilibrada, devido ao regime instaurado e aos interesses desconexos do sentido da política em sua amplitude. A representação da distopia está intimamente ligada a um totalitarismo exacerbado, que é um dos principais fatores para o fundamento da destruição e desequilíbrio. Além disso, a obra apresenta uma realidade experimental cujas situações ocorridas podem, em grande parte, estabelecer relações com a realidade vivida pelo autor, Brandão, na época da ditadura militar de 1964. Sendo assim, a tese

inicialmente levantada se confirma, pois, a obra serve como forma de denúncia social, pelo desacorrentamento de uma época sombria; serve também como um grito de libertação e resistência, propondo reflexões acerca da insatisfação do lugar em que se vive.

A distopia na obra *Não Verás País Nenhum* oferece um amplo leque de possibilidades reflexivas, que partem da Literatura, acerca de uma representação do passado que acontece no presente da obra. Então, o significado está voltado à forma de denúncia da sociedade moderna, como uma espécie de previsão do que acontece atualmente, como por exemplo a manipulação de notícias e a corrupção, e que se não forem combatidas podem se desenvolver e tomar proporções magnânicas.

O desenvolvimento deste artigo possibilitou confirmar a hipótese, que considera a distopia como recurso literário e político para abordar problemas socioculturais presentes na obra, tendo como um dos principais objetivos para a conscientização do público sobre a importância dos estudos voltado à esfera de atuação política, pois é esta quem rege e direciona os caminhos pelo qual o país seguirá. Para tanto, tem fundamental importância a participação ativa e consciente da população, mantendo as engrenagens da democracia sempre em funcionamento, principalmente, quando feita de maneira inteligente.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAUDRILLARD, J. **For a critique of the political economy of the sign**. St Louis: Telos, 1981.

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. **Teoria Literária: Abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2005.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Não verás país nenhum**. São Paulo: Global, 2008.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CHAUÍ, Marilena. Breve consideração sobre a utopia e a distopia. In: **Filosofia e Cultura: Festschrift em homenagem a Scarlett Marton**. São Paulo: Barcarolla, 2012.

FIGUEIREDO, Carolina Dantas de. Da utopia à distopia: política e liberdade. **Eutopia: Revista de Literatura e Linguística**, Pernambuco, v. 1, n. 3, p.324-362, jul. 2009.

FROMM, Erich. Posfácio (1961). In: **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Teoria Crítica e Literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. **Anuário de Literatura**, Santa Catarina, v. 18, n. 2, p.201-215, 2013.

MOISÉS, Massaud. **A Criação Literária - Prosa I**. São Paulo: Cultrix, 1967.

PASOLD, B. **Utopia X Satire in English Literature**. Florianópolis: Pós-Graduação em Inglês/UFSC, 1999.

FORTUNATO, Pedro. UMA MICRO UTOPIA NA DISTOPIA: A recusa à lógica do canibal em A Estrada, de Comarc McCarthy. 2016. 22 f. TCC (Graduação) – Curso de Letras – Inglês, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2016.

PEREIRA, Valéria Sabrina. Utopia ou distopia? A ansiedade e o vazio em Schimmernder Dunst über Coby County de Leif Randt. Pandaemonium Germanicum. **Revista de Estudos Germanísticos**, vol. 17, no. 23, 2014, pp. 50-67. Editorial Universidade de São Paulo.

RESENDE, Beatriz. A literatura brasileira na era da multiplicidade. In: _____. **Contemporâneos**: expressões da literatura brasileira no século XXI. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Biblioteca Nacional, 2008. p. 15-40

SOUZA, José Bezerra de; MANGUEIRA, José Vilian. O GÊNERO DISTOPIA NUMA RELAÇÃO AMBÍGUA ENTRE 1984 E HARRY POTTER E AS RELÍQUIAS DA MORTE. **E-scrita**, Nova Iguaçu, v. 7, n. 3, p.17-28, set. 2016.

SUVIN, Darko. Um breve tratado sobre a Distopia 2001. **Morus – Utopia e Renascimento**, Florença, p.465-487, maio 2015.

ZINGANO, Marco. **Estudos de ética antiga**. São Paulo: Paulus, Discurso Editorial, 2009.

AGRADECIMENTOS

À *Deus*, primeiramente. Por ser e servir tão excepcionalmente como guia à minha vida.

Aos meus queridos pais, *Maria Soniete Sousa Almeida e Antonio Almeida Silva*, por serem tão insistentes e prestativos ao meu desenvolvimento como pessoa.

Aos meus queridos irmãos, *Italo Renan Sousa Almeida*, por sua preocupação e servidão diária, e *Ettore Daniel Sousa Almeida*, pelo seu incentivo à minha formação.

Ao meu estimado orientador, *Prof. Antonio de Pádua Dias da Silva*, por toda dedicação e paciência na orientação deste artigo.

Aos meus amigos e colegas do curso, em especial aos “bufólicos”, composto por *Itamar Mateus* e *Armistrong Souto*. Também a *Gutemberg dos Santos*, *Eduarda Karolline* e *Viviane Nóbrega*, e a todos os outros amigos do curso que me apoiaram e me incentivaram nessa caminhada.

Aos meus queridos amigos, em especial *Luciano Patrício*, *Igor França*, *Carlos Heitor* e *Matheus Araújo*, e aos demais, que mesmo fora do meu setor acadêmico, tem me dado apoio e forças para continuar.